

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 91.244 - DF (2011/0291408-1)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : ROSA MARIA PINHEIRO BOTELHO DA SILVA
AGRAVANTE : ADALBERTO COSTA DA SILVA
ADVOGADO : SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA E OUTRO(S) - DF015123
AGRAVADO : ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO POUPEX
ADVOGADO : LUIZ FERRÚCIO DUARTE SAMPAIO JUNIOR E OUTRO(S) - DF021150

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ADALBERTO COSTA DA SILVA e ROSA MARIA PINHEIRO BOTELHO DA SILVA contra decisão exarada pela il. Presidência do eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que inadmitiu o recurso especial.

Cuidam os autos, na origem, de ação de consignação em pagamento proposta por ADALBERTO COSTA DA SILVA e ROSA MARIA PINHEIRO BOTELHO DA SILVA contra ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO POUPEX.

O il. Magistrado julgou procedente o pedido (sentença às fls. 207/219).

Diante disso, ADALBERTO COSTA DA SILVA e ROSA MARIA PINHEIRO BOTELHO DA SILVA interpuseram apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TJDFT, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 309):

"SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO DEVEDOR. TR. ATUALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR IPC.

1. No que se refere à Taxa Referencial, havendo previsão expressa no contrato de que o saldo devedor deve ser atualizado com a mesma taxa aplicável às cadernetas de poupança, é possível a atualização do saldo devedor utilizando-se a TR.

2. É legal o critério de amortização do saldo devedor mediante a atualização monetária antes da amortização da prestação mensal do contrato.

3. O índice aplicável ao reajuste da prestação nos contratos de financiamento habitacional no mês de abril de 1990, relativo ao mês de março do mesmo ano, é o IPC, no percentual de 84,32.

4. Negado provimento aos recursos."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão às fls.

350/354).

Inconformados, ADALBERTO COSTA DA SILVA e ROSA MARIA PINHEIRO BOTELHO DA SILVA interpuseram recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alegam, além da divergência jurisprudencial, violação dos arts. 5º, incisos XXXII e XXXV, 170, inciso V, da CF; art. 48 do ADCT; do art. 2º da Lei n.º 1.060/50; dos arts. 6º, incisos V e VIII, 39, incisos V e X, e 51, incisos II e III, do CDC; do art. 6º da Lei n.º 8.024/90. Além disso, também há alegação quanto à inaplicabilidade do TR como índice de correção monetária e impossibilidade de aplicar a Tabela *Price*.

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 443/448.

Irresignados, ADALBERTO COSTA DA SILVA e ROSA MARIA PINHEIRO BOTELHO DA SILVA manejaram o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo nobre.

Foi apresentada contraminuta (fls. 480/484).

É o relatório. Decido.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, não se conhece do recurso quanto à alegada infringência dos arts. 5º, incisos XXXII e XXXV, 170, inciso V, da CF; art. 48 do ADCT, uma vez que se trata de matéria constitucional, cuja competência para exame é do col. Supremo Tribunal Federal, consoante preconiza o art. 102 da Carta Magna.

Outrossim, também não se conhece do recurso quanto ao art. 2º da Lei n.º 1.060/50, pois o eg. TJDFT deferiu o benefício da justiça gratuita aos recorrentes, de modo que, nesse ponto, carecem do necessário interesse recursal.

Ademais, melhor sorte não socorre ao recurso quanto às alegações referentes à inaplicabilidade do TR como índice de correção monetária e à impossibilidade do uso da Tabela *Price*. Isso porque os recorrentes não apontam quaisquer dispositivos que tenham

sido supostamente ofendidos pelo v. acórdão recorrido. Com efeito, é uníssono o entendimento desta Corte Superior no sentido de que a alegação genérica no recurso especial atrai, por analogia, a Súmula 284/STF. Corroboram essa conclusão os julgados a seguir:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIOS NO IMÓVEL. COBERTURA CONTRATUAL. PROVA. VALORAÇÃO. PRETENSÃO. REEXAME. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. ART. 1.025/CPC. PREQUESTIONAMENTO FICTO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2. INVIABILIDADE. MULTA. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 284/STF. NÃO PROVIMENTO.

(...)

4. A ausência de indicação, associada às razões pelas quais assim entende a parte, do dispositivo legal tido por violado atrai o enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 377.471/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 04/09/2017, grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. 1. CÁLCULO DA VERBA INDENIZATÓRIA. MODIFICAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. DIVIDENDOS. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. 3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

2. Quanto aos dividendos, não tendo a recorrente indicado, nas razões do apelo nobre, nenhum dispositivo legal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido ou objeto de interpretação divergente pelos tribunais, tem incidência a Súmula n. 284 do STF.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 824.605/RS, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 05/04/2016, grifou-se).

Além disso, especificamente quanto à Tabela *Price*, cumpre destacar o Tema n. 572, segundo o qual "A análise acerca da legalidade da utilização da Tabela *Price* -

mesmo que em abstrato - passa, necessariamente, pela constatação da eventual capitalização de juros (ou incidência de juros compostos, juros sobre juros ou anatocismo), que é questão de fato e não de direito, motivo pelo qual não cabe ao Superior Tribunal de Justiça tal apreciação, em razão dos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ".

Da mesma forma, o recurso não encontra respaldo quanto aos arts. 6º, incisos V e VIII, 39, incisos V e X, e 51, incisos II e III, do CDC. Isso porque tais dispositivos não foram apreciados pelo eg. TJDF e, embora os recorrentes tenham manejado embargos de declaração (fls. 339/344), olvidaram de invocar a ofensa do art. 535 do CPC/73. Assim, o apelo nobre esbarra na Súmula 211 do STJ, conforme precedentes a seguir:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Ausente o enfrentamento da matéria pelo acórdão recorrido, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, inviável o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento. Incidência da Súmula n. 211/STJ.

2. 'O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento (AgInt no AREsp 1.098.633/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 15/9/2017).

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt nos EDcl no REsp 1784999/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 16/10/2019, g.n.)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SUCESSÕES. INVENTÁRIO. LITISPENDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. APLICAÇÃO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART. 18 DO CPC/1973. AFASTAMENTO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CONDENAÇÃO DE

OFÍCIO. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É inviável o conhecimento de matéria que não tenha sido ventilada no v. aresto atacado e sobre a qual, embora tenham sido opostos embargos declaratórios, o órgão julgador não se pronunciou, cabendo à parte interessada alegar ofensa ao art. 535 do CPC/73. Incidência da Súmula 211 do STJ.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no REsp 1487062/RS, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 14/06/2019, g.n.)

Por fim, invocam os recorrentes a ofensa do art. 6º da Lei n.º 8.024/1990, ao argumento de que, nos financiamentos habitacionais, em relação ao mês de março de 1990, dever-se-ia aplicar o índice no percentual de 41,28%, e não o percentual de 84, 32%. Ocorre que o v. acórdão distrital está em consonância com a orientação deste Sodalício, conforme julgados a seguir colacionados:

"AGRAVO REGIMENTAL RECURSO ESPECIAL. CONFISSÃO DE DÍVIDA. VALORES REPASSADOS PELO EXTINTO BNH À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RECORRENTE COM ORIGENS NO FAL (FUNDO DE ASSISTÊNCIA À LIQUIDEZ), FE (FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO) E FGTS (FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO). OPERAÇÃO NO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH). CORREÇÃO MONETÁRIA. MÚTUO HIPOTECÁRIO. ÍNDICES IGUAIS AOS DA CADERNETA DE POUPANÇA. ARTIGO 6º, I E II, DA LEI 7.730/89. UNIDADE PADRÃO DE CAPITAL (UPC). VALIDADE. SÚMULA N. 265, DO EXTINTO TFR. MARÇO DE 1990. IPC. 84,32%. FINANCIAMENTO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA. NÃO PROVIMENTO.

(...)

5. 'Está pacificado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, em definitivo, por maioria absoluta, o entendimento de que o índice aplicável ao reajuste do saldo devedor dos contratos de financiamento habitacional, relativamente ao mês de março de 1990, é de 84,32%, consoante a variação do IPC (EResp n. 218.426/ES, CORTE ESPECIAL, DJU de 19.04.2004).' (AgRg nos ERESp 684.466/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/08/2007, DJ 03/09/2007, p. 111).

6. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no REsp 591.448/MG, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2013, DJe 08/11/2013, g.n.)

"RECURSO ESPECIAL - AÇÕES REVISIONAL E CONSIGNATÓRIA - MÚTUO HABITACIONAL - SFH - VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC - OMISSÃO - NÃO OCORRÊNCIA - UTILIZAÇÃO DA TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA - POSSIBILIDADE - CORREÇÃO MONETÁRIA DE MARÇO/90 - IPC - 84,32% - LEGALIDADE DO CRITÉRIO DE AMORTIZAÇÃO QUE PREVÊ A CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR ANTES DA AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA PRESTAÇÃO MENSAL - SALDO RESIDUAL - AUSÊNCIA DE COBERTURA PELO FCVS - RESPONSABILIDADE DO MUTUÁRIO.

(...)

III - O índice aplicável ao reajuste da prestação nos contratos de financiamento habitacional no mês de abril de 1990, relativo ao mês de março do mesmo ano, é o IPC, no percentual de 84,32;

(...)

VI - Recurso provido."

(REsp 1064558/MS, Rel. Ministro **MASSAMI UYEDA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2008, DJe 03/12/2008, g.n.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 545 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO IMOBILIÁRIO. SFH. ADMISSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DA TR E DA CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR ANTES DA AMORTIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO MENSAL. UTILIZAÇÃO DO IPC PARA A CORREÇÃO DA PARCELA DE MARÇO/1990 NO PERCENTUAL DE 84,32%. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.

1. Consoante a sedimentada jurisprudência desta Corte, é possível a utilização da Taxa Referencial como índice de correção monetária nos contratos de financiamento imobiliário em que prevista a atualização do saldo devedor pelos mesmos índices da caderneta de poupança.

2. A Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, após inicial divergência, pacificou, em definitivo, o entendimento de que o índice aplicável ao reajuste da prestação nos contratos de financiamento habitacional no mês de abril de 1990, relativo ao mês de março do mesmo ano, é o IPC, no percentual de 84,32 (EREsp n.º 218.426/ES, relator Ministro Vicente Leal, DJ de 19.4.2004).

3. É legítimo o critério de amortização do saldo devedor, aplicando a correção monetária e os juros para, em seguida, abater a prestação mensal paga.

4. Agravo regimental desprovido."

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no Ag 717.935/DF, Rel. Ministro **CARLOS FERNANDO MATHIAS** (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2008, DJe 15/09/2008, g.n.)

Dessa forma, considerando que o v. acórdão distrital está em consonância com a jurisprudência desta Corte, o recurso esbarra na Súmula 83/STJ.

Por fim, o recurso especial também não prospera pela divergência jurisprudencial. Isso porque as Súmulas 7, 83 e 211 do STJ e Súmula 284 do STF também impedem a abertura do apelo pela alínea "c" do permissivo constitucional, especialmente devido à ausência de similitude fática e jurídica com o v. acórdão distrital.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator